

A ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Viviane Martins Torres Duailibi¹

vivianemtorres@hotmail.com

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Resumo

Este artigo apresenta uma revisão de literaturas de artigos, dissertações e teses, relativos ao papel da Coordenação Pedagógica, com o objetivo de investigar a atuação desse profissional e suas contribuições para a formação docente frente à educação intercultural que servirá como estado do conhecimento à minha dissertação de mestrado. Investigaremos a atuação desse profissional com o intuito de descrever o contexto da escola que tem em seu quadro a presença das diversidade étnico-racial e propor como aplicabilidade do trabalho o desenvolvimento de um projeto de ensino formativo para coordenadores e professores, com a finalidade de auxiliá-los em suas práticas, para assim contribuir cientificamente com as ciências humanas e sobretudo com as ciências da educação brasileira na nossa cidade.

Palavras chaves: Interculturalidade. Coordenação Pedagógica. Formação de professores.

Introdução

A presente pesquisa faz parte do projeto de mestrado e visa destacar o estado do conhecimento sobre a atuação do coordenador pedagógico no que tange às contribuições relacionadas à formação continuada dos docentes e as novas práticas pedagógicas adquiridas pelos coordenadores e professores, do ponto de vista étnico e cultural.

Por outro lado, deixar essa situação sem ser investigada e analisada, não nos permite garantir uma escola que propicie uma educação igual para todos.

Para esse estudo faremos um levantamento bibliográfico por meio da análise de artigos, dissertações e teses e obras literárias de autores como Libâneo (1994), Candau (2012), Tardif (2002), Saviani (1984), Vasconcelos (2007), Vygotsky (1988), Imbernón (2004), Perrenoud (2002), dentre outros.

¹ Licenciada em Pedagogia Licenciatura Plena/UFMS – 2007, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Especialista com MBA em Gestão Educacional, Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - PROFEDUC-UEMS/2018. vivianemtorres@hotmail.com

Esta proposta de trabalho seguirá a linha da pesquisa fenomenológica, com abordagem qualitativa, onde apresentará, inicialmente, um mapeamento teórico com enfoque na atuação da Coordenação Pedagógica na Educação Intercultural em uma Escola Pública, com o objetivo de fomentar novas expectativas em relação à formação e contribuições sobre o tema abordado.

A Interculturalidade

Para a compreensão sobre o que é a diversidade cultural, precisamos então primeiramente entender o conceito de interculturalidade, sendo assim, a nossa definição para esse estudo, sobre a interculturalidade se fundamenta no que Fleuri (2002, p. 409) ensina:

Trata-se, portanto, do ponto de vista científico, de buscar entender nos fenômenos culturais, basicamente, não a similaridade empírica entre os comportamentos dos diferentes grupos sociais, mas a relação que diferentes grupos, com padrões culturais diferentes, estabelecem entre si.

Entendemos que esse conceito deve ser usado para indicar as relações de convivência democrática entre pessoas de diferentes culturas e variados contextos sociais e políticos, com o objetivo de realizar trocas sociais.

Ainda de acordo com Fleuri (2003, p. 31-32):

A educação, na perspectiva intercultural, deixa de ser assumida como um processo de formação de conceitos, valores, atitudes baseando-se uma relação unidirecional, unidimensional e unifocal, conduzida por procedimentos lineares e hierarquizantes. A educação passa a ser entendida como o processo construído pela relação tensa e intensa entre diferentes sujeitos, criando contextos interativos que, justamente por se conectar dinamicamente com os diferentes contextos culturais em relação aos quais os diferentes sujeitos desenvolvem suas respectivas identidades, torna-se um ambiente criativo e propriamente formativo, ou seja, estruturante de movimentos de identificação subjetivos e socioculturais.

Candau (2012, p. 242) ressalta que “a educação intercultural tem tido nos últimos anos no continente latino-americano um amplo desenvolvimento, tanto do ponto de vista dos movimentos sociais quanto das políticas públicas e da produção acadêmica”, o que reforça a importância desse estudo e valida a grande relevância do tema.

A importância da formação continuada

Para prosseguirmos em nossos estudos, vamos abordar o exercício da profissão docente, este que será aqui tratado como uma prática que se constrói gradativamente num

processo que começa na formação inicial acadêmica e deve ser desenvolvida ao longo de toda a carreira profissional.

No entanto esse conhecimento adquirido na academia por vezes não é suficiente para permitir a esse sujeito se tornar um profissional apto a lidar com toda a demanda de especificidades que a escola e os estudantes apresentam, reforçando que nesse estudo trataremos somente da interculturalidade presente no ambiente escolar.

Destacamos que a formação continuada é muito importante na carreira docente, e por isso estudar esse processo tem tanta relevância.

Para isso devemos considerar analisar tanto a formação inicial, onde se atém muito às teorias e pouco às práticas, quanto a formação continuada, que muitas vezes é deixada de lado por algumas outras prioridades nos estudos coletivos.

Como prioridade nesse estudo, enfatizamos a formação continuada e a importância da constituição dos saberes docentes e dos estudos sobre as práticas pedagógicas que são necessárias para a aquisição desse saberes.

Para fins de esclarecimentos sobre o que são esses saberes, vamos tratá-los aqui como sendo a junção da experiência que inicialmente nem todos tem, da construção dos saberes científicos, daqueles que praticam a docência baseada na pesquisa e nos estudos e nos saberes pedagógicos, que podemos definir como a união da teoria com a prática.

Sobre esses saberes salientamos a importância de estabelecer relações entre eles e apontamos para a necessidade de abarcar ainda a esse conhecimento o saber ensinar, a constituição da relação aluno-professor e da prática motivacional por parte do docente para com o estudante.

Enfocamos a urgência em aliar às práticas docentes o acolhimento ao estudante por meio de práticas sociais diferenciadas e compartilhadas na escola, a fim de estabelecer um novo contato com esse sujeito que vive em diferentes contextos emocionais, sociais e culturais.

A formação continuada sobre a interculturalidade presente na escola é um dos aspectos que será considerado na presente pesquisa, assim como o trabalho pedagógico e a didática do professor.

Sobre o que se espera desse professor, Nóvoa (2012, p. 13) ressalta que:

Este facto merece ser assinalado, pois coincide, historicamente, com um aumento das expectativas sociais sobre os professores e, ao mesmo tempo, com uma diminuição das possibilidades práticas dos professores. Abre-se assim uma fenda entre o tudo que se pede aos professores e o nada (ou pouco) que se lhes dá.

De acordo com essas informações destacamos a necessidade da construção de novas práticas docentes no contexto escolar intercultural que só poderá acontecer por meio das formações continuadas.

Panorama histórico da Coordenação Pedagógica

Para definir a função do coordenador pedagógico nos fundamentaremos em Silva (2013, p. 11) quando em seus estudos faz um relato histórico da atuação do coordenador na educação desde a época dos padres jesuítas, onde diz:

Nesta época, no plano de ensino formulado pelo Padre Manuel da Nóbrega já surgia a figura de um professor que orienta os demais professores e os alunos, uma espécie de supervisor escolar denominado Prefeito Geral dos Estudos.

Ainda segundo a autora a principal função desenvolvida pelo coordenador pedagógico era a de “supervisionar e controlar as condições de aplicação dos conteúdos aos alunos e verificar se os processos pedagógicos estavam sendo aplicados de acordo com as normas e leis vigentes”. Silva (2013, p. 15)

Com o passar do tempo esse profissional passou a desenvolver várias funções e tinha várias atribuições, não somente cuidar das questões pedagógicas.

Destacamos então que a função do coordenador pedagógico tem sua origem na função do supervisor escolar, que por sua vez, era formado nos cursos de pedagogia, contudo com habilitações específicas.

No entanto, essa divisão sempre gerou insatisfação entre os professores, pois havia uma relação de superioridade entre esses profissionais, já que os cursos de licenciatura formariam professores para atuar em sala de aula e os cursos de bacharelado formariam os professores especialistas para atuarem como supervisores, inspetores escolar e também como orientadores educacionais.

A partir da década de 1990 o termo Coordenador Pedagógico passa a cair em desuso e a partir daí surge a nova nomenclatura Professor Coordenador, a qual ainda é utilizada na atualidade, pois se trata da função exercida por um professor escolhido por seus pares para desempenhar a função que concerne ao acompanhamento das ações pedagógicas do seu grupo.

Assim, para compreendermos as modificações que levaram à alteração da função, precisávamos entender como se estruturava essa função, suas contradições.

Esse profissional passa a ser formado nas academias da seguinte forma, segundo o que prevê o Artigo 64 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96):

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Feito esse breve relato histórico, ressaltamos que para investigar a função do coordenador pedagógico no município de Campo Grande, faremos no próximo momento a análise de um Projeto Político Pedagógico de uma das escolas da rede municipal de ensino.

O papel do coordenador pedagógico previsto no Projeto Político Pedagógico das escolas municipais de Campo Grande/MS

A elaboração do Projeto Político Pedagógico dos estabelecimentos de ensino é uma das atividades prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 no artigo 12.

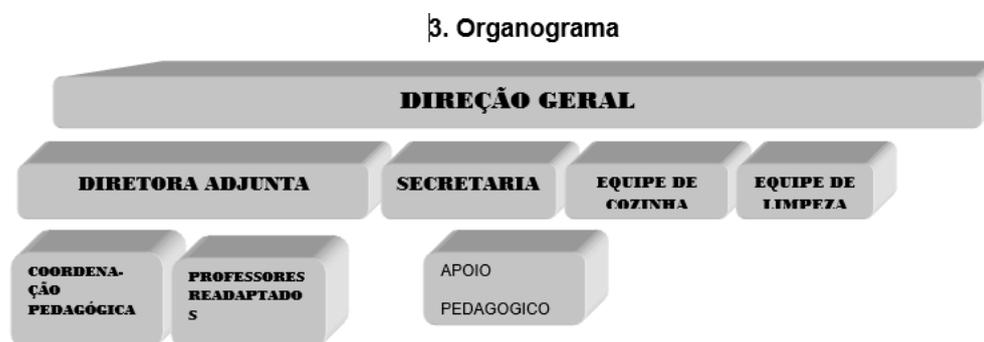
A LDB deixa claro que a proposta pedagógica é um documento de referência, que por meio dela toda a comunidade escolar estuda sua prática financeira, administrativa e pedagógica, geralmente esse documento é reformulado no início do ano letivo para atender e contemplar todas as atividades a serem desenvolvidas nesse período.

Em alguns lugares poderemos encontrar esse documento com o nome de de Projeto Pedagógico, Projeto Político Pedagógico ou Projeto Educativo, trataremos dela aqui somente como Proposta Política Pedagógica.

Libâneo reforça que: "O projeto é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação." LIBÂNEO (2005, p.345).

Para essa investigação faremos uma breva análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola municipal de Campo Grande/MS.

Iniciamos destacando que a função do coordenador pedagógico já faz parte do organograma dessa instituição:



A função de coordenador pedagógico é definida da seguinte forma, segundo esse PPP (CAMPO GRANDE, MS, 2017, p. 20):

A função do coordenador pedagógico implica na articulação de diversos saberes construídos pela formação profissional, por saberes disciplinares, curriculares e experiências sob a perspectiva do trabalho coletivo. Dessa maneira, partimos então do pressuposto que a função do PCP passou a ser usada como uma forma de aglutinar, na prática, as funções dos especialistas (supervisor e orientador educacional).

Esse documento determina também qual a função básica que o coordenador pedagógico exercerá na rede, fica ainda estabelecido que em atendimento a demanda do trabalho escolar, esse profissional desempenha a função combinada das atribuições que eram antes realizadas pelo supervisor e orientador.

Para sintetizar as atribuições dessa função o documento registra que:

Dentre as funções desenvolvidas por esse profissional, podemos destacar algumas como, viabilizar, juntamente com a direção escolar, estudos e análise de dados estatísticos da unidade, propiciando à comunidade escolar a elaboração do Projeto Político Pedagógico, de forma participativa, cooperativa e harmônica; elaborar plano de atuação pedagógica respeitando a legislação própria dessa área; coordenar a organização e a harmonização do espaço e do tempo escolar, executando os encaminhamentos necessários aos atendimentos especializados; desenvolver projetos que promovam interação instituição-comunidade escolar; articular-se com professores, pais, alunos e demais segmentos da comunidade escolar, propiciando a harmonia na execução das ações propostas para a melhoria da qualidade de ensino. (CAMPO GRANDE, MS, 2017, p. 20)

O coordenador pedagógico assume a responsabilidade de direcionar sua ação para atender as especificidades sociais, culturais e políticas da escola, suprindo as condições e meios

necessários para uma prática de ensino significativo, favorecendo a reflexão crítica no contexto escolar.

O papel do coordenador pedagógico no Estado de Mato Grosso do Sul

A Resolução/SED n. 3.209, de 23 de fevereiro de 2017, reforçada destacada e disponibilizada a todas as escolas para conhecimento na data de 09/04/2018, regulamenta a função do Coordenador Pedagógico nas escolas da Rede Estadual de Ensino e lhes confere atribuições, onde “ressalta-se que as principais funções do coordenador pedagógico é a de pesquisar e introduzir no ambiente escolar novas práticas que beneficiem o trabalho pedagógico, os processos de aprendizagem e os de avaliação dos estudantes”.

A atuação do Coordenador Pedagógico

Diante dessas investigações reforçamos a necessidade de determinação de novas relações no ambiente escolar, pois espera-se que o coordenador pedagógico inclua em sua prática de gestão um novo olhar, voltado para a desconstrução dos preconceitos e a construção de novas práticas docentes no contexto escolar.

Segundo Tardif (2002, p. 84): “[...] um período muito importante da história profissional do professor, determinando inclusive seu futuro e sua relação com o trabalho”, é marcado pela formação continuada, prática que reforça a importância da participação da gestão para que se fortaleça a prática docente da equipe.

Lino (2009, p. 28), reforça a importância de traçarmos um panorama histórico sobre as diferenças culturais e interculturais na escola e ela destaca que:

Para compreender as diferenças culturais na nossa sociedade, é preciso rever esses caminhos da escolarização ao longo do tempo. Além disso, processos vinculados a outros contextos também precisam ser analisados.

A atuação do coordenador pedagógico diante da educação intercultural, com base nos levantamentos teóricos, articula-se à construção de propostas e estratégias de aperfeiçoamento do processo formativo dos coordenadores e dos professores diante da questão indígena, na escola que tem a presença de alunos indígenas e não indígenas.

Tendo em vista a elaboração de subsídios teórico-metodológicos para a educação escolar, educação popular e formação de educadores, partimos dessa afirmação que reforça a necessidade do estudo e do questionamento dentro da escola acerca da interculturalidade.

Observamos que devido à permanência do coordenador pedagógico no ambiente escolar, esse sujeito desempenha o papel de mediador, atuando entre os estudantes e os professores e também entre os professores e os gestores.

Cabe então a esse profissional, assumir o papel de promover o diálogo e as investigações que resultarão nas práticas em sala de aula, cabendo a ele incentivar, quando não houver a inserção nas formações pedagógicas da questão da educação étnico-racial de acordo com os pressupostos da Lei nº. 10.639/03 e da lei nº. 11.645/08.

Para garantir a inserção desse tema nos debates escolares, faz-se necessária a contribuição efetiva do coordenador pedagógico junto a formação do professor diante da diversidade étnico-racial na escola, mais especificamente, na escola que tem a presença de estudantes indígenas e também não-indígenas, pode garantir esse debate na escola.

Por isso oportunizaremos, um projeto de formação em serviço que permita a construção de novas relações que possam contribuir com os estudos a respeito da educação intercultural, desfazendo assim as marcas impostas pela sociedade que impõem a definição da identidade e do preconceito cultural ainda persistentes na escola pública.

Ao nos basearmos em pesquisas científicas recentes, podemos articular a construção de propostas e estratégias de aperfeiçoamento do processo formativo dos professores sobre a questão indígena das escolas interculturais.

Essas propostas devem trazer novas contribuições sobre os conhecimentos tradicionais indígenas e a inserção de novos saberes nas práticas de ensino e na formação oferecida pelos gestores, bem como despertar o interesse individual de cada profissional envolvido nesse estudo.

Com o intuito de mapearmos fontes para a produção desse estudo nos baseamos em investigações já realizadas no período compreendido entre 2001 a 2016, que determinaram nossas pesquisas e estudos sobre a temática a ser desenvolvida e após serem organizados e selecionados os apresentamos no quadro abaixo onde consta a categoria da produção, o título, o(s) autor(es), o ano e a instituição de onde originaram:

Categorias	Título	Autores	Ano	Instituição/Tipo
O Papel do Coordenador Pedagógico	Coordenadores Pedagógicos: As Concepções Sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais	Sheila Luciano Soares Cleonildo Mota Gomes Júnior	2016	Especialização em Coordenação Pedagógica - FEPAM – Recife
Educação Escolar Indígena	Educação Escolar Indígena como Inovação Educacional A escola e as inspirações de futuro das Comunidades	Aline Cristina Oliveira Abbonizio	2013	Tese - USP
Educação Escolar Indígena	Nem “Programa de Índio”, Nem “Presente de Grego”: Uma Crítica a Concepções Teórico- Metodológicas em Pesquisas Sobre Educação Escolar Indígena, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1995-2001)	Léia Teixeira Lacerda Maciel e Giovani José Da Silva	2009	Revista Brasileira de História
Diversidade Étnico-Racial	A formação docente em gênero e raça/etnia e a perspectiva de transformação social	Rosana Monti Henkin e	2015	Revista HISTEDBR - Campinas

		Bartolina Ramalho Catanante		
Educação Intercultural	Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos	Vera Maria Ferrão Candau	2012	Cedes Unicamp
Interculturalidad e	Educação Escolar Indígena: o desafio da interculturalidade e da equidade	Antônio Brand	2001	Periódico do Mestrado - UCDB
Formação de Professores	Práticas Inovadoras na Formação de Professores	Marli André	2016	Revista Internacional de Formação de Professores RIFP - Itapetininga

Organização: Viviane Martins Torres Duailibi

Com a seleção dessas produções e visando identificar as problemáticas, os objetivos, as metodologias utilizadas, as principais referências apresentadas, com foco nos resultados e contribuições elencadas, realizamos uma síntese com os principais tópicos que contribuirão com a produção escrita dessa pesquisa.

Soares e Júnior (2016), reforçam em seu artigo a importância da reflexão sobre a atitude do coordenador pedagógico e dos dirigentes da escola frente a continuidade da formação dos professores sobre a questão da educação das relações étnico-raciais no dia-a-dia da escola.

Abbonizio (2013) frisa que as iniciativas educacionais em busca da inovação da educação escolar indígena com a constituição de novos elementos estreitamente analisados em processos de alteração das práticas educacionais para atender a demanda local, por meio de um processo que é lento extenso e que envolve muitos protagonistas, torna-se um desafio que analisaremos sob o perspectiva da participação e efetiva contribuição do coordenador pedagógico.

Um panorama apresentado sobre os resultados de pesquisas sobre a história da educação escolar indígena no Brasil por Maciel e Silva (2009, p. 214):

Aponta-se, dessa forma, que é necessário romper com a história historicizante, factual, eivada de senso comum e que ainda marca algumas pesquisas e que se traduzem, por exemplo, na linearidade e na divisão rígida por etapas ou fases.

Henrik e Catanante (2015), reforçam que a formação étnico-racial, torna possível interferir de forma planejada na reorganização dessas relações de forma que todas as pessoas tenham garantido os seus direitos, o seu espaço, a sua humanidade, considerando as raízes históricas de cada indivíduo ou da coletividade, assim, conseguiremos escrever uma nova história e a escola pode ser o local inicial dessa transformação.

Após essas análises, refletimos sobre o que Candau (2012, p. 244) fala sobre a importância da construção de novas relações na educação intercultural:

Parte-se da afirmação de que a interculturalidade aponta à construção de sociedades que assumam as diferenças como constitutivas da democracia e sejam capazes de construir relações novas, verdadeiramente igualitárias entre os diferentes grupos socioculturais, o que supõe empoderar aqueles que foram historicamente inferiorizados.

Brand (2012, p. 239) enfatiza que “para a prática da interculturalidade, na conexão e trânsito entre o sistema de conhecimento indígena e o sistema de conhecimento da academia”, deve ser encarada como uma prática na construção de novas relações em busca de resultados, de mudanças na prática do cotidiano da escola.

O enfrentamento dessas questões permitirá aos professores a realização de trabalhos não mais de forma engessada, mas sim enfatizar a importância do reconhecimento do outro como sujeito com direitos e deveres, proporcionar interações sociais, por meio de situações concretas, criando na escola um espaço para troca e a construção de saberes.

Considerações finais

Este artigo servirá de subsídio para a escrita da dissertação de mestrado vinculada ao Programa PROFEDUC, com o objetivo de analisar e descrever o estado do conhecimento, informações e contribuições sobre o papel do coordenador pedagógico e as interfaces de seu trabalho diante da interculturalidade, presente na escola pública.

A abordagem dessa pesquisa, permitiu reconhecer e afinar ainda mais as propostas de superação do método tradicional de formação dada aos professores e por meio de formações continuadas aos próprios coordenadores, propiciar uma mudança na concepção em relação ao processo de ensino e aprendizagem na Educação Básica em uma escola intercultural.

Isso nos proporcionará, por meio da aplicabilidade desse estudo, possibilitar uma desnaturalização da dificuldade em trabalhar a interculturalidade na escola e por meio da construção de diálogos e estudos sob essa perspectiva articularmos ações coletivas nesse processo de constituição de professores com novas práticas reflexivas e formadores de sua própria identidade, colaborando com a construção de uma escola pública igualitária e de qualidade.

Referências

BRAND. Antônio J.; Colman. Rosa S.; Costa. Reginaldo Brito da. **Populações indígenas e lógicas tradicionais de Desenvolvimento Local**. Interações, Campo Grande, v. 9, n. 2, p. 171-179, jul./dez. 2008.

BRZEZINSKI. Iria. **Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental**. Educação & Sociedade, vol. 29, núm. 105, septiembre-diciembre, 2008, pp. 1139-1166. Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

CANDAU. Vera Maria Ferrão. **Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan-mar. 2012. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

De CASTRO. Thiago Gomes, GOMES. William Barbosa. **Aplicações do método fenomenológico à pesquisa em psicologia: tradições e tendências**. Estudos de Psicologia I Campinas I 28(2) I 153-161 I abril - junho 2011.

NÓVOA. António. **Devolver a formação de professores aos professores**. Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES Vitória, ES. a. 9, v. 18, n. 35, p. 11-22, jan./jun. 2012.

HUSSER., Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Tradução de Artur Morão. Edições 70: (Brasil), 1990. (Textos filosóficos, 8).

HUSSER., Edmund. **Investigações lógicas: sexta investigação (elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento)**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores).

IMBERNÓN. F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2004.

LIBÂNEO. José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

LIBÂNEO. José Carlos; OLIVEIRA, J.F de; TOSCHI. **Educação escolar: política, estrutura e organização**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA. Levi Marques. **Contribuições de Antônio Brand para a história indígena, para o indigenismo e para a consolidação das instituições de pesquisa em Mato Grosso do Sul**.

Tellus, ano 12, n. 23, jul./dez. 2012.

PEREIRA, Renilda Lino. **A Formação do Pedagogo: Uma Formação Intercultural?** Campo Grande, 2009. 112 páginas. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez, 1984.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 8. ed. – São Paulo: Libertad Editora, 2007.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** 4. ed. São Paulo: Martins fontes, 1988.